

Educação Permanente para Promoção da Saúde de Pessoas Transgênero: uma Experiência Baseada no Processo de Enfermagem

Continuing Education for Promoting the Health of Transgender People: An Experience Based on the Nursing Process

Shauan Keven Rocha Fontes

Enfermeiro pela Universidade Estadual de Santa Cruz
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0755-321X>
E-mail: shauankevem2015@gmail.com

Paloma Lopes Marinho

Enfermeira pela Universidade Estadual de Santa Cruz
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6251-7345>
E-mail: plmarinho@uesc.br

Maria Elis Ramos dos Santos

Técnica em Enfermagem pelo Centro Estadual de Educação Profissional em Biotecnologia em Saúde da Bahia
Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-5028-3551>
E-mail: mersantos.bio@uesc.br

Dejeane de Oliveira Silva

Doutora em Enfermagem e Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1798-3758>
E-mail: dosilva@uesc.br

Nayara Mary Andrade Teles Monteiro

Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0160-962X>
E-mail: nmatmonteiro@uesc.br



Resumo

Pessoas transgênero enfrentam barreiras estruturais no acesso à saúde, decorrentes da desinformação, discriminação e ausência de capacitação profissional. Nesse cenário, a educação permanente configura-se como estratégia essencial para qualificar o cuidado e garantir direitos no Sistema Único de Saúde (SUS). Este trabalho teve como objetivo relatar a experiência de ações de educação permanente em saúde voltadas à promoção da saúde de pessoas transgênero, por meio do processo de enfermagem e da utilização de ferramentas digitais. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiências, com ações realizadas entre fevereiro e junho de 2022, no Núcleo de Educação em Enfermagem da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em parceria com o Movimento O Povo e o SUS. As atividades foram organizadas conforme as cinco etapas do PEE: investigação, diagnóstico educacional, planejamento, implementação e avaliação. Foram produzidos materiais educativos digitais, conteúdos para redes sociais e realizado evento virtual, com ampla mobilização social e profissional. O diagnóstico educacional identificado — “conhecimento comprometido sobre o uso do nome social” — delineou objetivos instrucionais e comportamentais. A experiência evidenciou o potencial transformador da educação permanente na construção de práticas humanizadas e inclusivas. O PEE mostrou-se uma ferramenta potente para elaborar programas de capacitação e fortalecer projetos de educação em saúde.

Palavras-chave: Educação permanente; Equidade; Pessoas transgênero; processo de enfermagem.

Abstract

Transgender people face structural barriers in accessing healthcare, resulting from misinformation, discrimination, and a lack of professional training. In this scenario, continuing education is an essential strategy for improving care and guaranteeing rights in the Unified Health System (SUS). This study aimed to report on the experience of continuing education initiatives in health aimed at promoting the health of transgender people, through the nursing process and the use of digital tools. This is a qualitative, descriptive study, in the form of an experience report, with actions carried out between February and June 2022, at the Nursing Education Center of the State University of Santa Cruz (UESC), in partnership with the People's Movement Santa Cruz State University (UESC), in partnership with the O Povo Movement and the SUS. The activities were organized according to the five stages of the PEE: research, educational diagnosis, planning, implementation, and evaluation. Digital educational materials and content for social networks were produced, and a virtual event was held, with broad social and professional mobilization. The educational diagnosis identified — “compromised knowledge about the use of social names” — outlined instructional and behavioral objectives. The experience highlighted the transformative potential of continuing education in building humanized and inclusive practices. The PEE proved to be a powerful tool for developing training programs and strengthening health education projects.

Keywords: Continuing education; Equity; Transgender people; Nursing process.

Área de extensão: Saúde



Introdução

O cuidado à saúde de pessoas transgênero é historicamente negligenciado nos espaços de formação em saúde, resultando em consequências graves, como condutas violentas, exclusão, preconceito, discriminação e adoecimento (Rocon *et al.*, 2016). Embora a Constituição Federal assegure o acesso universal e igualitário à saúde, pessoas trans enfrentam obstáculos em todos os níveis de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), devido à discriminação, ao estigma institucional, ao julgamento moral, à patologização da transexualidade e à falta de qualificação dos profissionais (Cortes *et al.*, 2021).

Nesse cenário de exclusão, é fundamental estabelecer estratégias que contribuam com a efetivação da equidade no SUS, princípio este que serve como base para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+, com base em suas necessidades específicas, conforme define a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2013; Meira *et al.*, 2025). A Organização Mundial da Saúde (OMS) define equidade em saúde como a ausência de diferenças injustas, evitáveis ou passíveis de correção entre diferentes grupos populacionais (Brasil, 2013a; WHO, 2010). Entretanto, no Brasil, valores cisheteronormativos, ainda predominantes na sociedade, frequentemente minimizam a importância das políticas públicas voltadas aos direitos das pessoas trans, perpetuando uma rede discriminatória e afastando essa população dos serviços de saúde (Ramos Filho, 2023).

De forma a contribuir com a redução das históricas desigualdades no SUS, a atenção humanizada passou a ser reconhecida como princípio dos serviços de saúde (Brasil, 2025), alinhamento o SUS à Política Nacional de Humanização (PNH), um marco essencial para a promoção de melhorias na atenção à saúde das pessoas trans, uma vez que implica a adoção de conceitos fundamentais como acolhimento, defesa dos direitos dos usuários e transversalidade (Brasil, 2013b). O acolhimento, especialmente no primeiro contato, deve ser compreendido como uma estratégia essencial para estabelecer uma relação eficaz entre usuários e profissionais, configurando um compromisso com a escuta qualificada e



com a resposta às necessidades da população (Shihadeh *et al.*, 2021). Para tanto, é imprescindível que as equipes de saúde possuam conhecimentos específicos que permitam a construção de vínculos de confiança, assegurando a continuidade do cuidado (Silva; Almeida, 2023).

Ainda assim, persistem desigualdades que se refletem na forma como a saúde de pessoas trans é abordada no modelo biomédico, o qual historicamente classificou identidades de gênero não normativas como patologias (Miskolci *et al.*, 2022). Diante disso, destaca-se a importância da educação permanente em saúde (EPS) como uma estratégia contínua e não negligenciável para o aprimoramento das práticas profissionais, com vistas a atender às necessidades reais dos usuários (OPAS, 2024). A EPS reúne um conjunto de estratégias e abordagens educativas voltadas à formação contínua dos profissionais de saúde, buscando adequar os processos de trabalho às demandas da população e aos princípios da gestão e da educação na saúde.

Com isso, este estudo justifica-se pela necessidade de apontar caminhos e alternativas para a promoção da saúde de pessoas transgênero com base na educação permanente, visando um cuidado humanizado e equitativo nos serviços de saúde por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) como estratégia de implementação de ações extensionistas. Objetivou-se, portanto, relatar a experiência de ações de educação permanente em saúde voltadas à promoção da saúde de pessoas transgênero, por meio do processo de enfermagem e da utilização de ferramentas digitais.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, das ações desenvolvidas por discentes, docentes e profissionais de enfermagem, entre fevereiro e junho de 2022, como parte das atividades do Núcleo de Educação em Enfermagem (NEEEenf) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em parceria com o Movimento O Povo e o SUS (PSUS).



O NEEnf, é um programa de extensão vinculado ao Departamento de ciências da Saúde da UESC e tem como objetivo desenvolver reflexões acerca das inovações educacionais, modelos pedagógicos e tecnologias da educação na perspectiva da integralidade da atenção, do cuidado colaborativo, bem como na valorização de práticas de integração teoria-prática. O Movimento PSUS, por conseguinte, é um coletivo de estudantes, docentes, profissionais da saúde, de diversas áreas e atuações, que tem o objetivo de atuar na defesa do SUS no sul da Bahia e que teve sua atuação centrada na pandemia de COVID-19 (Fontes *et al.*, 2022a).

As ações foram fundamentadas a partir do Processo de Enfermagem Educacional (PEE) e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Segundo Bitencourt *et al.* (2019), o processo de enfermagem, comumente utilizado nas funções assistenciais da enfermeira, pode ser utilizado como ferramenta intelectual dos processos de trabalhos educacionais, por meio de diagnósticos, intervenções e avaliações na promoção de projetos e programas de educação. O PEE contempla os mesmos cinco momentos já vivenciados às funções assistenciais e gerenciais da enfermeira: investigação, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação e, pode ser aplicado na identificação de lacunas do conhecimento (domínio cognitivo), atitudes (domínio afetivo) e habilidades (domínio psicomotor) da população, profissionais da saúde e de estudantes (Bastable, 2019; Bitencourt *et al.*, 2019).

Foram utilizadas as TDIC para o gerenciamento da equipe e promoção das ações educativas. A utilização dessas ferramentas se justifica devido ao período pandêmico de flexibilização das políticas de isolamento com a reabertura das vivências no cotidiano, bem como o cumprimento do objetivo de facilitar o alcance do público-alvo. A plataforma *Trello*® foi utilizada para o gerenciamento da equipe e definição do calendário editorial para publicação de materiais nas redes sociais e a plataforma *Canva*® para a produção de conteúdo em formato de manual, imagens e vídeos. Além disso, as plataformas *Instagram*®, *Facebook*® e site institucional foram utilizadas para a implementar as ações educacionais.



A coleta de dados para a construção deste estudo foi realizada a partir dos registros documentais do NEENF referentes ao PEE aplicado às ações. O cenário das ações foram as referidas plataformas administradas pelo NEENF e os sujeitos participantes foram seguidores do projeto e do Movimento PSUS nas redes sociais, profissionais e estudantes da saúde.

Resultados e discussão

De acordo com um modelo de elaboração de projetos de educação em saúde baseado no Processo de Enfermagem (Bitencourt *et al.*, 2021), foram delineadas ações em cinco momentos do PEE.

Investigação: conhecer as fragilidades para humanizar a atenção

Assim como na função assistencial, o primeiro momento do processo de enfermagem é o momento de investigação, onde dados objetivos e subjetivos são utilizados para fundamentar e influenciar o projeto ou programa de educação (Bitencourt *et al.*, 2021). No cenário no âmbito da UESC, no eixo Itabuna-Ilhéus, cidades polos da área de abrangência da universidade, os sujeitos envolvidos na concepção e implementação do projeto vivenciaram uma série de mobilizações relacionadas à garantia de direitos de pessoas transgênero no SUS. Para analisar o processo de investigação, é necessário descrever os pontos que se relacionam à discriminação que mobiliza a mudança na prática e as evidências que delineiam a mudança das práticas de atenção.

O Movimento O Povo e o SUS, que posteriormente viria a ser convidado para compor o projeto, liderou uma série de mobilizações no sul da Bahia, denunciando um caso de transfobia envolvendo uma de suas militantes como vítima, no serviço de saúde do SUS (Nota [...], 2022). Além disso, o PSUS mobilizou profissionais e movimentos sociais em relação à temática, realizando eventos virtuais e encaminhando solicitações de informações



e recomendações para os municípios do sul da Bahia, como parte de suas ações de controle social no SUS. De forma prática, os sujeitos envolvidos vivenciaram um processo de participação social na defesa do direito de pessoas transgênero no SUS na região.

Alinhado à prática vivenciada, segundo Roncon *et al.*, (2016), o desrespeito ao uso do nome social, a transfobia nos serviços de saúde e o diagnóstico patologizante no processo transexualizador são os principais impedimentos ao acesso universal, integral e equânime aos serviços de saúde e se compreende como um entrave para a consolidação da Política de Saúde Integral LGBT e da Política Nacional de Humanização no SUS, que dependem em grande parte do bom senso dos profissionais, por se tratarem de ações descentralizadas e de âmbito institucional (Silva *et al.*, 2017). Essas dificuldades têm forte relação com a não adesão deste público aos serviços de saúde (Costa *et al.*, 2016).

Assim, após solicitação de parceria institucional para a realização de ações que possam contribuir com o cenário e utilizando das evidências subjetivas e objetivas da investigação, foi possível definir o diagnóstico educacional para subsidiar os processos de educação permanente implementados pelo projeto.

Diagnóstico educacional

De acordo com a *North American Nursing Diagnosis Association* (NANDA), o diagnóstico de enfermagem é um julgamento sobre uma resposta humana à condição de saúde ou processos de vida ou a uma vulnerabilidade para esta resposta por um indivíduo, grupo, família ou comunidade (Herdman; Kamitsuru; Lopes, 2021). Quando aplicada à função educacional da enfermeira, as respostas humanas são a aprendizagem e o comportamento (Bitencourt *et al.*, 2021).

Considerando os dados objetivos e subjetivos levantados no momento de investigação, bem como os domínios estabelecidos pela Taxonomia de Bloom (Bitencourt *et al.*, 2021), foi definido o diagnóstico educacional de enfermagem (DEE) “*Conhecimento*



comprometido sobre o uso do nome social nos serviços de saúde por pessoas transgênero”, que norteou os objetivos e o planejamento das intervenções.

Planejar para educar permanentemente

O cuidado educacional foi planejado buscando contemplar os objetivos instrucionais e comportamentais, que foram utilizados para delinear a prescrição de enfermagem educacional, conforme Quadro 1. Para sua idealização, foram realizados espaços dialógicos em reuniões com integrantes do NEEnf e do Movimento PSUS sobre os conteúdos, estratégias, recursos e indicadores de avaliação.

Quadro 1 – Prescrição de enfermagem educacional para educação permanente

PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM EDUCACIONAL			
OBJETIVO EDUCACIONAL			
Desenvolver a atenção integral à saúde de pessoas transgênero.			
OBJETIVOS INSTRUCIONAIS		OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS	
Fornecer informações sobre o uso do nome social por pessoas transgênero.		Adotar práticas de humanização da atenção em saúde ofertada às pessoas transgênero.	
Conteúdo/Assunto (O quê?)	Estratégias (Como?)	Recursos (Com o quê?)	Avaliação (Indicadores)
Definição de pessoas travesti, transexual ou transgênero	- Produção de material educativo virtual; - Produção de conteúdo em plataformas digitais do @neenfuesc; - Promoção de evento virtual.	- Computador; - Trello®; - Canva®; - Instagram®.	- Nº de postagens nas redes sociais do @neenfuesc e @opovoeosus; - Tipo de Postagens; - Nº de eventos realizados; - Nº de participantes no evento.
Direito ao uso do nome social nos serviços de saúde			
Acolhimento e humanização no SUS			
Nome social no cartão nacional de saúde (CNS)			

Fonte: Elaborado pelos autores (2025) com base em Bitencourt *et al.* (2021).



Implementação: cuidar com humanização para a garantia de direitos

As ações foram desenvolvidas a partir das TIC's, em uma produção conjunta entre a equipe de docentes e discentes do NEEenf e colaboradores do Movimento PSUS. Foi utilizada a plataforma *Canva*® para a produção e edição de materiais gráficos e cards informativos para redes sociais, bem como a plataforma *Trello*® para o gerenciamento de equipe e definição de tarefas.

De fevereiro a junho de 2022 foram empregadas estratégias de comunicação conjunta de articulação entre os colaboradores do NEEenf, militantes do movimento PSUS e docentes especialistas convidados para a definição de tarefas e revisões nos materiais empregados. Após a definição do plano de ação, com base nas necessidades educacionais empregadas, foi definida a produção de material educativo virtual como principal estratégia, seguido da produção de conteúdos informativos e um evento virtual para as plataformas digitais a fim de divulgar os conteúdos e o material, como descrito a seguir.

Após os diálogos iniciais relacionados aos objetivos instrucionais e educacionais das ações de educação permanente, foram empregados momentos de discussão para a definição de quais conteúdos seriam estratégicos para o cumprimento dos objetivos, ouvindo prioritariamente, as demandas vivenciadas por usuárias transgênero do SUS no Sul da Bahia. Assim, optou-se por, inicialmente, realizar uma linha trajetória de informações e conteúdos necessários para que a profissional tenha as habilidades e competências materiais de humanizar a atenção à saúde nos serviços do SUS e promover a equidade. Para tal, foram definidos os temas “O que é uma pessoa transvesti, transexual ou transgênero?”; “Direito ao uso do nome social nos serviços de saúde”; “Acolhimento e humanização no SUS”; e “Nome social no cartão nacional de saúde (CNS).

Após a definição dos temas, os colaboradores do NEEenf e do PSUS se dividiram para a realização de uma busca nas bases de dados, utilizando as referências mais recentes, aliado à uma busca nas políticas e protocolos do Ministério da Saúde. Foi utilizada como base para a formatação a Política Nacional de Saúde LGBTQIA+ (Brasil, 2013a) e a Política Nacional de Humanização (Brasil, 2013b). Para além disso, profissionais e



docentes especialistas foram consultados a fim de apresentar com detalhes o processo de alteração e/ou adição do nome social no CNS.

Com o processo de pesquisas e consultas, o roteiro base foi apresentado para docentes e profissionais especialistas convidadas, que revisaram o conteúdo e referências. Após a revisão, o material foi editado na plataforma Canva®, utilizando elementos que assimilassem à humanização da atenção e à identificação com a defesa das pessoas travestis, transexuais e transgênero, conforme a Figura 1. A capa foi ilustrada com os mesmos objetivos, bem como, foi utilizada uma linguagem objetiva e lúdica, que servisse de base para a consulta rápida de profissionais da saúde do SUS (Santos *et al.*, 2022).

Figura 1 – Material educativo virtual sobre uso do nome social nos serviços de saúde



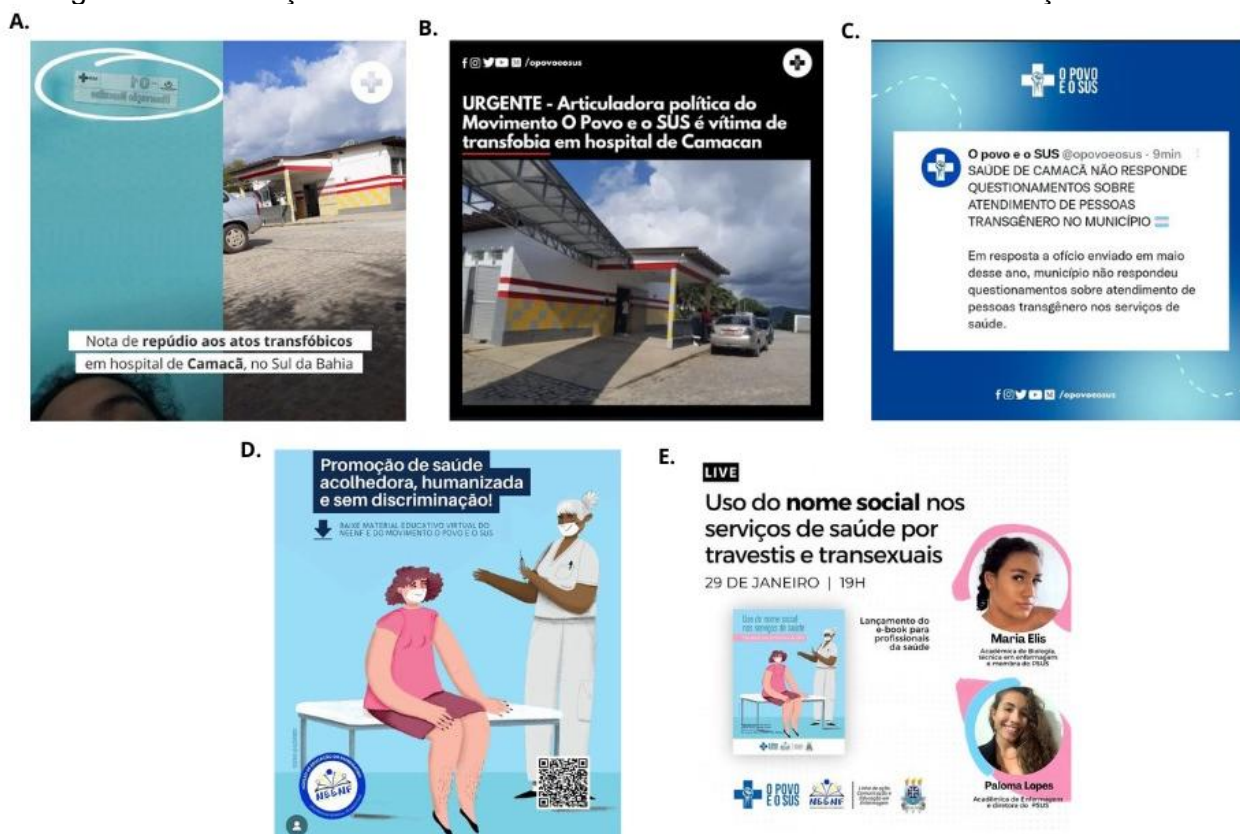
Fonte: Santos *et al.* (2022).

O material foi publicado na página do NEEnf no site da UESC e contou com a divulgação para profissionais da saúde da região por meio do Movimento PSUS, bem como nacionalmente por meio de movimentos como a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) e movimentos de base.

Ademais, utilizando os mesmos conteúdos previamente pesquisados e revisados pelas docentes e profissionais especialistas, foram produzidos conteúdos informativos em formato de cards para as redes sociais do NEEnf e do Movimento PSUS, tendo ampla

divulgação por parte dos movimentos sociais e categorias profissionais da região e nacionalmente. Ao total foram produzidos 18 conteúdos informativos em formato de card e 3 conteúdos informativos em formato de vídeo. Além disso, foram produzidos cards e materiais de divulgação do material informativo. Os conteúdos foram produzidos na plataforma *Canva®* por discentes bolsistas do NEEf e publicados na rede social Instagram®, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 – Publicações em redes sociais sobre uso do nome social nos serviços de saúde



Fonte: Santos *et al.* (2022).

Aliado às estratégias de produção de conteúdos informativos e gráficos para profissionais de saúde, foi realizado, por meio da plataforma *Instagram®*, um evento virtual ao vivo, para discutir as problemáticas envolvidas para o delineamento dos objetivos, bem como o processo de criação das estratégias. O evento contou com participantes do NEEf



e do PSUS, que lançaram o material ao vivo. O número de participantes não foi estimado por se tratar de um evento ao vivo em que os assinantes podem entrar e sair do espaço a todo momento.

Avaliar para melhorar a atenção e promover a equidade

Durante todos os momentos do PEE foram empregadas técnicas de avaliação processual, realizadas de forma contínua por todos os sujeitos envolvidos. Destacam-se principalmente as técnicas de gerenciamento da equipe para a implementação das ações, bem como as respostas do público-alvo atendido por estas que, pelas redes sociais, mobilizaram profissionais para o tema e conteúdo em todo o Brasil.

É importante destacar, também, que mesmo com um alto número de conteúdos e de público envolvido nas plataformas digitais, faz-se necessário expandir as ações relacionadas aos temas trabalhados para o cumprimento do objetivo educacional em unidades de saúde da família, hospitais e unidades de média e alta complexidade, responsáveis pelo atendimento no cotidiano, garantindo a presencialidade para a implementação destas estratégias. Segundo Fontes *et al.* (2022b), as plataformas digitais podem ser utilizadas como estratégia de educação e comunicação na saúde, aplicando o processo de enfermagem educacional, entretanto, faz-se necessário o emprego de estratégias de educação e comunicação em saúde de forma presencial.

Nesse sentido, processos de EPS voltados à adesão de abordagens que promovam a inclusão, podem contribuir para a construção de um ambiente de cuidado mais sensível e adequado às especificidades dos usuários (Jacobovski; Ferro, 2021), além de promover o desenvolvimento de competências culturais e sociais entre os profissionais de saúde, essenciais para uma atuação mais humanizada e efetiva (Antunes *et al.*, 2025), contribuindo assim com a articulação dos princípios da atenção humanizada e da equidade no SUS.



Conclusão

O respeito ao uso do nome social por profissionais de saúde desempenha um papel crucial na redução das vulnerabilidades enfrentadas pela população transgênero, garantindo sua inclusão nos processos de cuidados em saúde. No entanto, é imprescindível que esse respeito não se limite ao discurso, mas seja refletido em ações práticas e consistentes dentro dos serviços de saúde. Para tanto, é necessário que haja vigilância constante das ações empreendidas, a fim de identificar e corrigir lacunas no cuidado, promovendo uma melhoria contínua e efetiva na qualidade do atendimento.

Nesse sentido, a experiência descrita neste estudo evidenciou a relevância dessa abordagem, ao oferecer subsídios teóricos e práticos que contribuíram para o enfrentamento de barreiras estruturais no acesso ao cuidado através da EPS com a aplicação do processo de enfermagem, em que é possível planejar e executar ações voltadas aos profissionais, com foco na atenção integral e na garantia do princípio da equidade. O PEEI emerge como uma estratégia vital para reconhecimento das necessidades educacionais do profissional e para posterior formação e qualificação de profissionais de saúde, possibilitando que adquiram conhecimento e habilidades específicas sobre a saúde de pessoas transgênero.

Destaca-se o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas estratégicas e eficazes na sensibilização e capacitação de profissionais da saúde, bem como na disseminação de informações e promoção de debates sobre as necessidades da população trans. No entanto, para que essas tecnologias cumpram seu papel transformador, é essencial que estejam integradas a processos contínuos de formação e capacitação nos serviços públicos, garantindo um cuidado mais humanizado, ético e inclusivo.

As ações desenvolvidas neste percurso favoreceram a formação dos discentes envolvidos, estimulando o pensamento crítico, a empatia, a autonomia e a qualificação técnica. Além disso, representaram um importante marco na integração ensino-serviço-comunidade entre universidade, movimentos sociais e rede de saúde, reforçando o papel



de diversos agentes sociais na consolidação dos princípios do SUS. Destaca-se o potencial dessa experiência em inspirar outras práticas educativas voltadas à equidade e ao enfrentamento da discriminação institucional. Apesar de limitações, como o alcance restrito das ações virtuais, o engajamento da equipe possibilitou uma maior divulgação. Recomenda-se a realização de estudos futuros que possam aprofundar os impactos dessas estratégias, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o cuidado integral à população transgênero.

Contribuições individuais de cada autor na elaboração do trabalho

Os autores Shauan Keven Rocha Fontes, Paloma Lopes Marinho e Maria Elis Ramos Santos foram responsáveis pela execução do projeto extensionista e redação do artigo. As autoras Dejeane de Oliveira Silva e Nayara Mary Andrade Teles Monteiro foram responsáveis pela coordenação do projeto de extensão, orientação dos discentes, execução do projeto e revisão e aprovação final do artigo. Os autores declaram não ter conflitos de interesse relacionados com o presente trabalho.

Agradecimentos

Aos militantes e defensores do SUS associados ao Movimento o Povo e o SUS pela efetiva participação no projeto; ao Programa Institucional de concessão de bolsas de Extensão da Pró-reitora de extensão da Universidade Estadual de Santa Cruz (PROEx/UESC) e aos profissionais e docentes do Programa de Residência em Saúde da Família da UESC pelas contribuições e revisões dos materiais da ação.



Referências

ANTUNES, A. *et al.* “Como sobrevivemos a uma pandemia como homens trans e pessoas transmasculinas?”: a busca por trajetórias de cuidado e acesso à saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 2, e240286pt, 2025.

BASTABLE, S. B. **Nurseas Educator** — Principles of Teaching and Learning for Nursing Practice. 5. ed. [S. l.]: Wall Street: Jones & Bartlett Learning, 2019.

BITENCOURT, A. de O. M. *et al.* **A dimensão educacional do trabalho do enfermeiro: pensando no processo de enfermagem**. [S. l.]: UESC, 2019. PDF. Disponível em: <https://www.uesc.br/nucleos/nepemenf/2019/a-dimensao-educacional.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BITENCOURT, A. de O. M. *et al.* **Noções básicas para a aplicação do processo de enfermagem no cuidado educacional**. Ilhéus: UESC, 2021. PDF. Disponível em: <https://www.uesc.br/nucleos/bomdevida/2021/educom-processo-enfermagem-educacional.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.126, de 28 de abril de 2025**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a atenção humanizada como princípio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15126.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2015.126%2C%20DE%2028,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20\(SUS\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15126.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2015.126%2C%20DE%2028,%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20(SUS)). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de humanização** — Folheto. Brasília, DF: MS, 2013b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: MS, 2013a. PDF. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

CORTES, H. M. *et al.* O (des)acesso de pessoas transgêneras aos serviços de saúde no recôncavo baiano. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 159-180, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i4.36104>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/36104>. Acesso em: 13 abr. 2025.

COSTA, A. B. *et al.* Healthcare Needs of and Access Barriers for Brazilian Transgender and Gender Diverse People. **Journal of Immigrant and Minority Health**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 115-123, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10903-016-0527-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10903-016-0527-7>. Acesso em: 11 abr. 2024.



FONTES, S. K. R. *et al.* Aplicação do processo de enfermagem em ações de educação e comunicação em saúde durante a pandemia de COVID-19. **Revista Focando a Extensão**, Ilhéus, v. 9, n. 11, p. 42-55, 2022b. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/extensao/article/view/3570>. Acesso em: 21 dez. 2024.

FONTES, S. K. R. *et al.* O povo como agente do controle social: Movimento O Povo e o SUS, uma experiência em meio a um caos sanitário. *In*: LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE (org.). **Juventude quer viver**: esperar em tempos de pandemia. São Paulo: Expressão Popular, 2022a. p. 165-167. Disponível em: https://levante.org.br/acervo/#flipbook-df_4716/4/. Acesso em: 10 mar. 2025.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S.; LOPES, C. T. **NANDA International Nursing Diagnoses**. 12. ed. [S. l.]: Thieme, 2021.

JACOBOVSKI, R.; FERRO, L. F. View of Permanent education in Health and Active Learning methodologies: a systematic integrative review. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 3, e39910313391, 2021. DOI: <http://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13391>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13391/12115>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MEIRA, R. M. B. *et al.* As políticas de saúde como ações públicas: análise da trajetória da política para população LGBT+ no SUS - 2011 a 2024. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 5, e14670, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-062>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/14670>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MISKOLCI, R. *et al.* Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3815-3824, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06602022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hWZDMgSHpzyTdrZ4QcSRXj/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

NOTA de repúdio aos atos transfóbicos sofridos em Camacan. **Movimento o Povo e o SUS**, Ilhéus, 2022. Não paginado. Disponível em: <https://opovoeosus.medium.com/nota-de-rep%C3%BAdio-aos-atos-transf%C3%B3bicos-em-hospital-de-camac%C3%A3-42d3bbd335f4>. Acesso em: 11 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Educação Permanente para a Promoção da Saúde**. Brasília, DF: OPAS, 2024. PDF. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/61494/9789275728963_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 maio 2025.

RAMOS FILHO, A. F. Privilégio heteronormativo: uma reflexão a partir de vidas LGBTQIAPN+. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 8, n. 3, p. 1509-2525, 2023. DOI: <https://doi.org/10.48017/dj.v8i3.2586>. Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2586. Acesso em: 9 dez. 2024.



ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2517.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SANTOS, M. E. R. dos *et al.* **Uso do nome social nos serviços de saúde**: orientações para profissionais de saúde. Ilhéus: UESC, 2022. PDF. Disponível em: <https://www.uesc.br/nucleos/neenf/arquivos/uso-nome-social-servicos-saude.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SHIHADDEH, N. A.; PESSOA, E. M.; SILVA, F. F. da. A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 58, p. 172-194, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i58.14765>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14765>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SILVA, D. M. da; ALMEIDA, D. H. de. O olhar da enfermagem no contexto do atendimento à saúde da população LGBTQIA+. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, e9071, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19071P>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/cVLq6kmQvjqjKWpwwL7gMBq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, L. K. M. da *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0103-73312017000300023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00835.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Social Determinants of Health Discussion Paper 2**: a conceptual framework for action on the social determinants of health. Geneva: WHO, 2010. PDF. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/SDH_conceptual_framework_for_action.pdf.